

## POLÍTICA DE PRIVACIDADE | PÚBLICO EXTERNO

### 1. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Esta Política Privacidade tem por objetivo tutelar, no âmbito da Lei Federal nº 13.079/2019 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) o relacionamento havido entre o Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de assistência social e de utilidade pública, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.610.591/0001-80, com sede na Rua Ivo Leão, nº 42, em Curitiba-PR, Brasil (bem como suas filiais), abreviadamente denominado CIEE/PR, e o seu público externo, incluindo interessados e/ou participantes de seus programas, bem como empresas, entidades públicas, profissionais liberais e instituições de ensino que nele intervêm, bem como em relação às autoridades regulatórias e fiscalizatórias. Portanto, este documento não se aplica no relacionamento da entidade com seu público interno, ou seja, seus colaboradores, diretores e conselheiros, o qual segue regramento específico.

### 2. CONCEITOS BÁSICOS

- **Bases legais:** São as hipóteses, previstas no art. 7º da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, de nº 13.709/2018 e/ou outras aplicáveis, que nos autorizam a tratar dados pessoais, podendo decorrer do consentimento do usuário, da necessidade de cumprir um contrato que temos com o mesmo ou cumprimento de uma obrigação legal.
- **Consentimento:** É uma das hipóteses legais, dentre outras, que autoriza o tratamento de dados pessoais com base na manifestação livre, informada e inequívoca do titular (usuário) ao concordar com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade específica, informada por nós.
- **Cookies:** São pequenos arquivos que transferimos automaticamente para o navegador de seu dispositivo (seja no computador, celular ou tablet) que nos permite reconhecer a forma de acesso e saber como e quando as páginas e a plataformas são visitadas, bem como quantas pessoas as acessam. Eles podem ser úteis para, por exemplo, fazermos as plataformas se encaixarem na sua tela, entender melhor as suas preferências e lhe oferecer experiências mais eficientes.
- **Dado Pessoal:** É o dado relativo a uma pessoa física, que seja capaz de identificar a pessoa ou tornar possível a sua identificação. São exemplos de dados pessoais que permitem a sua identificação: Nome, CPF, RG, endereço, telefone celular, e-mail etc.
- **Dado Pessoal Sensível:** É qualquer informação sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
- **Legítimo Interesse:** É outra hipótese que permite que dados pessoais sejam tratados, sempre que o uso desses dados seja necessário ao atendimento de interesses legítimos nossos, como no contexto de atendimento, no qual pode ser necessário que o usuário forneça algumas confirmações de seus dados pessoais para que possamos ter certeza de que estamos falando com o mesmo e de que não se trata de uma fraude. A lei define que os interesses

só serão considerados legítimos se a forma de uso dos seus dados não for contrária à legislação brasileira, e desde que seja dada efetiva transparência de tais usos, bem como sejam respeitados os seus direitos.

- **Tratamentos:** São os usos que nós fazemos dos seus dados pessoais, incluindo, mas não se limitando às seguintes atividades: coleta, armazenamento, consulta, uso, compartilhamento, transmissão, classificação, reprodução, exclusão, inativação, enriquecimento e avaliação destes.
- **Agentes de Tratamento:** Os agentes de tratamento de dados (Controlador + Operador) são conhecidos como as entidades participantes do processo, que realizam o tratamento de dados pessoais, sendo que o Operador realiza o tratamento de dados pessoais em nome do Controlador.
- **Controlador:** Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
- **Operador:** Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.
- **Encarregado (Data Protection Officer – DPO):** Pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

### 3. COLETA DE DADOS

Todos os dados pessoais e dados pessoais sensíveis que nos são voluntariamente prestadas pelo usuário/titular, objetivando sua participação nos programas oferecidos pelo CIEE/PR (tais como Programa de Estágio, Programa de Aprendizagem, Programa de Capacitação e Cidadania e/ou outros que venham a ser futuramente disponibilizados), seja em um atendimento presencial, telefônico ou por meio de nosso portal, são inseridos em nosso sistema e ficam armazenados em um ambiente seguro e protegido, de acordo com as melhores práticas (seja em servidor próprio ou terceiro, contratado para esse fim, sob a responsabilidade do CIEE/PR).

#### 3.1 FINALIDADES:

Os dados serão tratados para: exibir informações detalhadas sobre oportunidades nos nossos programas, inclusive de acordo com seu perfil/interesse; informar sobre convocação, oportunidade e/ou inscrição em um de nossos Programas; elaborar contrato após seleção em um de nossos Programas; tomar as medidas necessárias para que os programas sejam mantidos em observância da legislação (por exemplo, informar sobre o vencimento do prazo para preenchimento do relatório de acompanhamento, no Programa de Estágio); melhorar sua experiência no sentido de lhe oferecer novas oportunidades alinhadas ao seu perfil e interesse; e, também, para manter contato sobre os programas oferecidos, utilizando as ferramentas adotadas pela entidade, tais como, exemplificativamente: e-mail, telefone, WhatsApp (ou outros aplicativos similares), alertas em nosso portal, e até mesmo pessoalmente, etc.

##### 3.1.1 DADOS PESSOAIS DE MENORES

Considerando o público-alvo dos programas que o CIEE/PR oferta, é permitido o cadastro para usuários menores de idade, desde que tenha, no mínimo, 14 anos, e que seja realizado necessariamente com o consentimento de um dos seus pais e/ou responsável legal. Contudo, em

cumprimento ao art. 14, §5º, da Lei Federal nº 13.709/2018, o consentimento deverá ser dado, neste caso em sistema, durante o cadastro, após leitura de um termo específico, e assinalação do campo de aceite. Ressaltamos que, caso o CIEE/PR identifique qualquer inconsistência ou fraude na declaração da autorização do responsável legal, o cadastro será cancelado e excluído. Por fim, cumpre esclarecer que as informações a serem coletadas e, conseqüentemente, tratadas, são as mesmas para os demais usuários.

### 3.2 ESPECIFICAÇÃO DOS DADOS COLETADOS:

As informações coletadas podem ser as seguintes: a) **Dados dos usuários interessados em participar ou que participam dos programas que oferecemos:** CPF, Nome Completo, Sexo, Data de Nascimento, Informações de deficiência (tipo, grau e laudo), Informações de Identificação de Estrangeiro (Nacionalidade, Passaporte, RNE), E-mail, Nome Social, RG, Endereço, Nome da Mãe, Nome do Pai, Etnia, Título de Eleitor, Regularidade em relação ao serviço militar, Situação médica admissional, periódica e no encerramento do contrato (apenas no caso específico do Programa de Aprendizagem), Telefone, Renda Familiar, número de pessoas que moram na mesma residência, Programas Sociais a que participa, NIS, Escolaridade, Instituição/Escola, Curso, Número CTPS, PIS, Comprovante/Histórico Escolar, dados bancários (nome do banco, agência, conta e titularidade), conhecimentos técnicos e/ou práticos (inclusive a serem obtidos por meio de realização de testes por nós propostos e aplicados, o que contempla avaliação de habilidades e/ou de comportamentos); b) **Dados dos parceiros interessados em oferecer uma vaga no Programa de Estágio e/ou Programa de Aprendizagem:** Razão Social/Nome Completo, Nome Fantasia, Endereço, CNPJ/CPF, N° de empregados, Dados do Representante Legal/Administrador do Convênio (Nome, Sexo, Data Nascimento, RG, CPF, Curso de Formação, Cargo, Setor, E-mail, Telefone, Tempo de Experiência na Atividade); c) **Dados de Instituições de Ensino:** Nome, CNPJ, Data Fundação, Entidade Mantenedora, Endereço, Telefone, E-mail, Site, Representante Legal/Administrador (Nome, Sexo, RG, CPF, Cargo, Curso de Formação), informações a respeito da autorização de funcionamento e da regularidade pertinente à oferta dos cursos, dados relativos ao projeto político-pedagógico (ex: a partir de qual período está autorizado o estágio).

Adicionalmente, informamos que nosso portal coleta automaticamente as seguintes informações: endereço do protocolo de internet (IP); ações efetuadas no ambiente; informações sobre o dispositivo utilizado (como versão de sistema operacional, navegador, e demais dados possíveis de serem coletados); e cookies (para mais informações sobre os Cookies coletados pelo nosso site, acesse nossa Política de Cookies).

### 3.3 HIPÓTESES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Em consonância com o art. 7º da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018), o CIEE/PR poderá tratar os dados pessoais de acordo com as seguintes hipóteses: a) mediante o fornecimento de consentimento pelo titular (inciso I); b) para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador (inciso II); c) quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados (inciso V); d) para o exercício regular de direitos em processo judicial ou administrativo (inciso VI); e) para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro (inciso VII); f) e, finalmente, quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de

terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais (inciso IX).

### 3.4 BASE LEGAL

**Lei Geral de Proteção de Dados:** Lei Federal nº 13.709/2018; **Programa de Estágio:** Lei Federal nº 11.788/08, Deliberação nº 02/2009 do Conselho Estadual de Educação do Paraná, bem como normativas específicas que podem ser elaboradas pelas instituições de ensino; **Programa de Aprendizagem:** Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto Federal nº 9.579/2018, Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990), Portaria nº 671/2021 e Instrução Normativa nº 02/2021 do Ministério do Trabalho; **Programa de Capacitação e Cidadania:** Não há uma base legal específica, sendo aplicável à relacionada à assistência social; e **Assistência Social:** Constituição Federal (art. 203, inciso III), Lei Federal nº 8.742/1993, Lei Complementar nº 187/2021, Resolução CNAS 109/2009, Resolução CNAS nº 33/2011 e Resolução CNAS nº 14/2014. Adicionalmente, o CIEE/PR observa outras normativas expedidas em seu âmbito de atuação.

### 3.5 CLASSIFICAÇÃO COMO AGENTE DE TRATAMENTO

Como regra, o CIEE/PR atuará como controlador dos dados pessoais que foram fornecidos pelos respectivos titulares. Todavia, podem existir situações em que o CIEE/PR, em razão da dinâmica de sua atuação, por previsão em normas e/ou em instrumentos jurídicos firmados ou, ainda, por definição da Administração Pública, participará do tratamento dos respectivos dados em situação diversa, ou seja, na condição de controladora conjunta<sup>1</sup> ou meramente com operador.

### 3.6 CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES

Nossa entidade não é responsável pela veracidade e atualização das informações pessoais que forem fornecidas.

## 4. COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Os dados coletados e as atividades registradas podem ser compartilhados: **a)** com parceiros (públicos e privados) e instituições de ensino, objetivando a efetivação do usuário no Programa de Estágio e/ou no Programa de Aprendizagem; **b)** com prestadores de serviço ou terceiros, nos limites da legislação, objetivando proporcionar as ferramentas necessárias ao atingimento dos objetivos propostos em relação ao item antecedente; **c)** com autoridades públicas para cumprimento de dever legal, para subsidiar eventuais processos administrativos/judiciais, para atender fiscalizações ou para obtenção/manutenção dos eventuais registros de que precisamos para realizar o Programa de Estágio, o Programa de Aprendizagem e/ou o Programa de Capacitação e Cidadania.

Ressaltamos que o CIEE/PR não realiza o compartilhamento de dados pessoais para outros países e/ou com finalidade lucrativa.

<sup>1</sup> [https://www.gov.br/anpd/pt-br/documentos-e-publicacoes/2021.05.27GuiaAgentesdeTratamento\\_Final.pdf](https://www.gov.br/anpd/pt-br/documentos-e-publicacoes/2021.05.27GuiaAgentesdeTratamento_Final.pdf)

## 5. DIREITOS DO TITULAR/USUÁRIO

Nos termos do art. 18 da Lei nº 13.709/2018, é reconhecido o direito do usuário titular de dados pessoais de obter junto ao CIEE/PR, a qualquer momento, e mediante requisição específica em nosso portal, as seguintes informações: confirmação da existência ou não de tratamento; acesso aos dados; correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados; anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou eventualmente tratados em desconformidade com a legislação; portabilidade de dados a outra entidade congênere, de acordo com regulamentação da Autoridade Nacional e observados os segredos comerciais e industriais; eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 16 da referida lei; informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados; informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa; e revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º da mencionada lei. Acrescentamos que o titular poderá revogar o consentimento para recebimento de mensagens institucionais a qualquer momento.

Para realizar solicitações ou tirar dúvidas a esse respeito, acesse nosso canal de atendimento disponível no seguinte link: <http://www.cieepr.org.br/lgpd>.

Adicionalmente, a Lei Geral de Proteção de Dados pode ser acessada no seguinte link: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm)

As solicitações que foram recebidas passarão por uma etapa preliminar que objetiva atestar a identidade do solicitante, e compreenderá o confronto de informações que foram fornecidas no momento do seu cadastramento com aquelas que estão registradas em nosso sistema. Todas as solicitações cujas identidades forem confirmadas serão atendidas no menor prazo possível, observando a legislação aplicável e as melhores práticas.

## 6. TEMPO DE ARMAZENAMENTO

Como regra, os dados pessoais serão armazenados por tempo indeterminado.

Caso o titular tenha interesse em formalizar o pedido para exclusão de informações pessoais, deverá ter ciência das seguintes regras:

6.1 - Considerando que o CIEE/PR é uma entidade de assistência social, caso tenha sido emitido contrato de estágio ou de aprendizagem será sempre observado o prazo de 10 anos a contar de sua emissão para guarda daqueles dados e informações mencionados no mesmo e que sejam diretamente correlacionados, em conformidade com o previsto no art. 3º, inciso VI, da Lei Complementar nº 187/2021.

6.2 – Caso não tenha sido emitido um contrato de estágio ou de aprendizagem, mas o titular de dados utilizou dos serviços do CIEE/PR para pesquisar e realizar seu encaminhamento para

oportunidades (vagas), participando ou não de processos de seleção, as informações que tenham correlação direta serão armazenadas pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos a contar do fato;

6.3 – No caso específico de parcerias firmadas pelo CIEE/PR com empresas, instituições de ensino e entidades públicas, os eventuais dados pessoais que vierem a ser compartilhados serão objeto da mesma regra de armazenamento previsto no item 4.1 acima referido;

6.4 – Todos os dados pessoais que ultrapassarem os prazos acima indicados, ou não tenham correlação com as hipóteses anteriores, poderão ser objeto de pedido de exclusão, que serão tratados na forma desta Política de Privacidade.

## **7. RESPONSABILIDADES DA ENTIDADE EM PROTEGER OS DADOS PESSOAIS**

O CIEEPR atua para garantir o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei n. 13.709/2018.

Isso significa o gerenciamento cauteloso e seguro de dados pessoais de todos que consentiram em fornecer informações ao CIEEPR para o estabelecimento de relações jurídicas.

Para isso, o CIEEPR possui uma estrutura interna dedicada à Proteção de Dados e Privacidade, que inclui tecnologia de proteção de dados, normas padronizadas para captação e controle de dados, além do estabelecimento de um profissional especialista no cargo de Encarregado, conforme determinação legal

## **8. ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS (DATA PROTECTION OFFICER)**

Nos termos do art. 41 da Lei Federal nº 13.079/2019, informamos que o encarregado da proteção de dados pessoais do CIEE/PR é o Sr. Marlus Eduardo Faria Losso. Ele pode ser contatado por e-mail ([dpo@cieepr.org.br](mailto:dpo@cieepr.org.br)), pelo endereço de correspondência (Rua Ivo Leão, nº 42, Alto da Glória, em Curitiba-PR, CEP 80.030-180).

## **9. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE INCIDENTES**

Na forma do art. 48 da Lei Federal nº 13.079/2019, um incidente de segurança é um fato que pode acarretar risco ou dano relevante aos titulares.

Nós, do CIEE/PR, estamos empenhados para que essa situação não ocorra, evidenciando tal preocupação na observância de todas as exigências legais, no atendimento das orientações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), na identificação e aplicação das melhores práticas nessa temática e, especialmente, na utilização de ferramentas tecnológicas modernas, incluindo equipamentos e softwares, tudo aliado ao treinamento de nossos colaboradores.

Mesmo assim, se identificado tal fato adverso, a entidade seguirá o disposto em sua Política de Gerenciamento de Incidentes de Segurança, que prevê todas as etapas a serem cumpridas e que se inicia, sempre, pela adoção de todas as medidas técnicas que objetivam preservar os dados e/ou evitar maiores perdas ou danos.

Embora atualmente não exista um prazo legal para que a entidade tome providências de cunho administrativo, como dar ciência à ANPD e parceiros e titulares de dados envolvidos, nosso compromisso é de agir imediatamente, considerando um prazo razoável estimado de 48 horas a partir de sua identificação.

## 10. ATUALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

As informações desta Política de Privacidade servem para que o usuário saiba dos compromissos assumidos pelo CIEE/PR como responsável pelo tratamento e proteção dos seus dados pessoais. Contudo, periodicamente, e sempre que se fizer necessário, faremos a revisão de seus termos, publicando as alterações em nosso portal.

Este documento foi aprovado em reunião de Diretoria realizada em 21/11/2023 e em reunião conjunta da Diretoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal realizada em 22/11/2023, para entrada em vigor em 01/12/2023 (substituindo a versão inicial de 27/04/2021).